

# As reservas, sem alteração

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

De acordo com a programação do governo, as reservas externas, no conceito de caixa — disponibilidade efetiva — chegarão a final deste ano no mesmo nível de dezembro de 1987, ou seja, em torno de US\$ 4,5 bilhões. Os números definitivos somente serão divulgados pelo Banco Central no final deste mês.

Na visão dos técnicos do governo, embora o País tenha conseguido junto aos bancos privados menos que suas reais necessidades de refinanciamento dos juros — Bresser Pereira solicitou US\$ 11,5 bilhões para cobrir uma parcela dos juros vencidos de janeiro de 1987 a dezembro de 1989 e Mailson da Nóbrega aceitou receber

US\$ 5,8 bilhões para um período seis meses menor — o restante será financiado com recursos do FMI, dos governos credores e do Banco Mundial.

Pela proposta patrocinada por Bresser Pereira, esses valores não seriam utilizados para pagar juros, mas para aumentar as reservas e financiar o processos de crescimento do País. Diante da intransigência dos banqueiros e como desejava um acordo a qualquer preço, o governo acabou concordando com o limite intermediário entre os US\$ 7,0 bilhões pedidos e os US\$ 5,8 bilhões oferecidos.

Do ponto de vista de manutenção do nível da reserva, tanto os técnicos da Fazenda quanto os do Banco Central acreditam que não haverá problemas, mesmo tendo o País de pagar US\$ 700,0 milhões dos juros vencidos este mês. Evidentemente, observam,

haverá uma queda temporária do nível de reservas, mas estas logo serão recompostas com o superávit comercial de fevereiro, de US\$ 1,0 bilhão. Em março o pagamento de juros somará apenas US\$ 200,0 milhões e, em abril, não mais do que US\$ 230,0 milhões, enquanto o superávit comercial nesses dois meses deverá acumular pelo menos US\$ 2,0 bilhões, havendo, portanto, nova folga para recomposição das reservas.

Para os meses de maio e junho haverá um novo pico no pagamento dos juros, mas já está acertado que os bancos concederão um empréstimo — ponte para o pagamento desses débitos em valor superior a US\$ 1,5 bilhão, os quais serão deduzidos dos montantes acertados agora e que estarão disponíveis a partir da assinatura definitiva do acordo com os bancos, previsto para meados de junho.